

DE MERCADO MUNICIPAL VILA OPERÁRIA A MERCADO CENTRO-OESTE: TEMPO, HISTÓRIA E ARQUITETURA.

FROM VILA OPERÁRIA MUNICIPAL MARKET TO CENTRO-OESTE MARKET: TIME, HISTORY AND ARCHITECTURE



Fernando Antonio Oliveira Mello

Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás, Brasil

fernando.mello@ufg.br



Christine Ramos Mahler

Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás, Brasil

christine.ramos@ufg.br

1

Resumo

Este trabalho trata dos mercados públicos – lugares de trocas de longa permanência histórica – no campo da teoria, história e crítica da arquitetura e do urbanismo. Traz como discussão o caso do Mercado Centro-Oeste de Goiânia, um dos três primeiros entrepostos de abastecimento quando ainda se formava a nova capital goiana. Ainda que tanto a feira quanto o mercado da antiga Vila Operária tivessem um importante papel ligado ao abastecimento e, sobretudo, às relações sociais que promoveram na região, o edifício do antigo mercado encontra-se subutilizado e em acelerado processo de degradação. A condição de invisibilidade sobrealça a importância de sua documentação e do resgate de sua história. Para atingir esse intuito, o artigo foi elaborado a partir de pesquisa documental e levantamentos in loco, com uma breve abordagem acerca da história dos mercados públicos com ênfase na história da formação de Goiânia, seus bairros populares, em especial o Setor Centro-Oeste, anteriormente denominado Vila Operária. O Mercado Centro-Oeste, marco importante desse bairro, é analisado quanto à sua inserção urbana e do contraponto de seu uso original e de seu estado atual. Desse modo, interessam a documentação e a morfologia, tanto do mercado quanto da região em que se insere. Como contribuições, espera-se dar visibilidade ao bairro e ao mercado, demonstrar seu potencial a partir de seus valores originais e dos possíveis usos complementares que o integrem à dinâmica da cidade contemporânea.

Palavras-chave: Mercados Públicos. Patrimônio Cultural. Mercado Vila Operária. Mercado Centro-Oeste. Goiânia.

Abstract

This paper deals with public markets – places of exchange of long historical term – in the field of theory, history and criticism of Architecture and Urbanism. It brings the discussion of the case of the Centro-Oeste Market, one of the three first supply warehouses when the new capital of Goiás was still being shaped. Although the fair and the market in the former Vila Operária had an important role linked to the supply and, above all, to the social relations they fostered in the region, the old market building is underused and goes through an accelerated degradation process. The condition of invisibility underscores the importance of its documentation and the recovery of its history. To achieve this aim, this paper was based on documentary research and in loco surveys, with a brief approach of the history of public markets with emphasis on the history of the formation of Goiânia, its popular neighborhoods, specially the Centro-Oeste district, previously called Vila Oparária. The Centro-Oeste Market, an important landmark of this neighborhood, is analysed in terms of its urban insertion and of the counterpoint of the original use and its present state. Thus, the documentation and morphology, both of the market and of the region it is placed in, have interest. As contributions, it is expected to give visibility to the neighborhood and to the market, to demonstrate its potential based on its original values and of the possible complementary uses that would integrate it in the dynamics of the contemporary city.

Key-Words: Public Markets. Cultural Heritage. Vila Operária Market. Centro-Oeste Market. Goiânia.

Introdução

O intenso processo de renovação do espaço urbano na atualidade merece algumas considerações. Para Coutinho (1998, p.14), a arquitetura é, de todas as artes, a única efetivamente sujeita a prejuízos e danos decorrentes da necessidade de se atender a “reclamos de sua própria prática”. Dentre eles, o que mais se sobressai no processo recente de renovação das cidades é a substituição da arquitetura passadista por arquiteturas questionáveis que refletem um contexto de contradições sociais e políticas. Realidade que nos permite citar, ao menos, duas situações recorrentes. A primeira delas vem com a especulação imobiliária que fomenta a produção quantitativa de edificações que atendam a demanda de um mercado viciado em regras excludentes e acumulativas, produzindo obras que, mesmo embaladas num marketing eficiente, não conseguem esconder a falta de qualidade, que vai da esterilidade estética à precariedade em termos de infraestrutura.

3

Outra, mais complexa, vem com a produção dos próprios arquitetos que relegam o lugar, a cultura e o contexto, como condicionantes da arquitetura. O resultado são obras sem densidade histórica, estranhas ao seu contexto. Para Choay (2006, p. 250), tal problema reside na falta de competência de edificar entendida como a capacidade de se construir o novo articulado ao seu contexto. Trata-se de materializar novas edificações em diálogo com as condições materiais e imateriais do lugar, estimulando uma relação de interdependência. O novo deve surgir a partir da interpretação das camadas históricas e fatos urbanos, como um processo contínuo (ROSSI, 1966). Questão em voga, devido às múltiplas operações destinadas a valorizar o monumento histórico e a transformá-lo em produto econômico que (somado à crise da disciplina instalada com a crítica ao modernismo a partir da década de 1960), traz preocupações adicionais sobre a abordagem responsável em projetos de intervenção na preexistência. Jeudy (2006) pondera que a prática recente de intervenções recorre, geralmente, a projetos reparadores e terapêuticos como se isso bastasse para a conservação do passado e para a visibilidade pública de uma história que não deve ser ocultada. Para o autor, muitas das ações patrimoniais recentes são requisitadas

para operar e reconstituir cenários que respondam a mecanismos políticos e culturais, como estratégias de marketing urbano em detrimento dos valores coletivos e da apropriação social espontânea e legítima.

O entendimento dessas críticas motivou a disciplina de Projeto 5 – Arquitetura e Urbanismo da FAV/UFG - a assumir a intervenção em espaços edificados preexistentes e suas interfaces com o patrimônio cultural como tema. Seguindo essa diretriz, o presente trabalho surge como produto da incursão de dois professores e de trinta e cinco alunos pelo universo dos mercados de Goiânia. Trata-se de uma experiência que procurou associar pesquisa, ensino e atividades extensionistas com o propósito de gerar produtos e reflexões para além do projeto de arquitetura.

Assim como defende Malard (2005), a ideia foi transformar as práticas do ateliê de arquitetura num processo de pesquisa constante. Assumindo o tema Trocas e Eventos na Cidade: os Mercados de Goiânia, a disciplina buscou problematizar intervenções em preexistências em sentido amplo, para além das dimensões material, histórica e tipológica dos mercados. O objetivo geral foi o de compreender a dimensão urbana e histórica do fenômeno das trocas na construção e consolidação da capital goiana e de suas transformações ao longo do tempo. A partir dessa reflexão seria possível explorar os mercados que seriam objetos de intervenção, se intervenções seriam realmente necessárias e quais valores deveriam ser preservados. Em síntese, tratava-se de reconhecer quem utilizava os mercados e pra quem deveriam ser pensadas as possíveis alterações, no sentido de adequar os lugares mercados à dinâmica da cidade contemporânea.

Ainda que, em 1936, Mário de Andrade sinalizasse que o patrimônio engloba as expressões populares além dos bens móveis e imóveis, a prática de preservação em nosso contexto manteve-se muito mais atrelada à conservação do objeto e de sua autenticidade. No final dos anos de 1970, a gestão de Aloisio Magalhães no IPHAN contribuiu para a ampliação da noção de patrimônio, contemplando as manifestações da cultura popular. Apesar da oficialização, a atuação sobre patrimônio edificado continuou mais arraigada aos valores tectônicos da pedra e cal, do que propriamente

à contextualização do objeto arquitetônico face aos valores sociais envolvidos. Há, então, que se ponderar sobre o entendimento da dimensão imaterial associada a preservação da arquitetura, uma vez que a materialidade dos edifícios remete sempre aos valores coletivos, às práticas e aos processos culturais enraizados na vida cotidiana. (SANT'ANNA, 2011)

Na formação do arquiteto e urbanista, a ênfase sobre essa condição é substancial para o entendimento dos mercados como patrimônio, para além de sua utilidade como lugar de compra e venda. Trata-se de vê-los, sobretudo, como lugares de encontro e de socialização atrelados à vida cotidiana e, como discute Braudel (1996), marcam o lugar simbólico que concilia a vida urbana e o produtor rural às necessidades da modernidade e dos fazeres da tradição.

A partir dessa leitura, a estrutura deste artigo, foi norteada pelo entendimento dos mercados como lugares de trocas. Goiânia possui hoje sete mercados municipais distribuídos por diferentes bairros. Foi escolhido como objeto de análise o Mercado Centro-Oeste por ser, dentre os sete, o que se encontra em maior estado de abandono e cuja edificação ainda preserva grande parte da arquitetura original. Indo além da narrativa da capital moderna, buscou-se reconhecer suas particularidades histórica. Como mecanismo de investigação foi utilizada a pesquisa de campo e documental: levantamentos da edificação e de registros históricos. Com o uso da cartografia como método foi possível mapear a situação de descaso na qual se encontra hoje o Mercado Centro-Oeste.

Os Mercados na História

Como base para as discussões sobre a origem dos lugares de troca, Fernand Braudel, em *Os instrumentos da troca*, trouxe a interação entre as feiras e os mercados nos espaços urbanos. Para o historiador, essas estruturas persistem ao tempo como uma forma elementar de circulação e de troca de mercadorias: “se mantém através dos séculos é certamente porque, em sua simplicidade robusta, é imbatível, dado o

frescor dos gêneros perecíveis que fornece, trazidos diretamente das hortas e dos campos das cercanias” (BRAUDEL, 1996, p.14).

Braudel considera ainda que as relações de troca de mercadorias, em sua maioria de origem rural e agrícola produzidas e comercializadas pelos próprios produtores, ocorriam de modo direto, sem intermediadores. A prática da permuta permitia aos agricultores negociar, trocar, vender ou adquirir outros produtos.

A origem desse modelo pode ser facilmente associada à das feiras livres, onde aglomerações se constituíam em áreas propícias aos encontros, como praças, largos e ruas. Nesse sentido, sua gênese remonta à antiguidade e foi gradativamente incorporada à vida urbana ocidental, a partir de redes de trocas de mercadorias, de informações financeiras e de modelos culturais e artísticos (PINTAUDI, 2006).

De fato, feiras e mercados representaram historicamente uma volumosa relação de trocas, principalmente entre a idade média e o limiar da era moderna, como descreve Adam Smith, em 1776. Smith associa o crescimento das cidades, nesse período, ao volume de trocas entre agricultores e artífices, ocorridas nos ambientes das feiras e dos mercados:

Os habitantes da cidade e os do campo ajudam-se mutuamente. A cidade é uma feira ou mercado contínuo, para onde confluem continuamente os habitantes do campo, a fim de trocar sua produção em estado bruto por produtos manufaturados. É esse comércio que fornece aos habitantes da cidade os materiais com que trabalham e os meios para sua subsistência. (SMITH, 1996, p. 375)

Braudel (1996, p. 19) atribui ao aumento das trocas nas cidades, a construção de seus mercados: “os halles”. Ao contrário da impermanência típica da feira, o mercado passou a ser uma estrutura permanente, alguns especializados, como uma espécie de feira coberta, rodeados por espaços de troca ao ar livre.

Indo além do sentido comercial, as feiras e os mercados foram debatidos acerca de sua representação histórica como entrepostos de trocas culturais, lugares

de encontro e de sociabilidade. Nessa condição, tais lugares transcendem à mera função utilitária tornando-se, como exalta Braudel, um “espetáculo do cotidiano”:

Frequentada em dias fixos, a feira é um centro natural da vida social. É nela que as pessoas se encontram, conversam, se insultam, passam das ameaças às vias de fato, é nela que ‘nascem alguns incidentes, depois processos reveladores de cumplicidades, é nela que ocorrem as pouco frequentes intervenções da ronda, espetaculares, é certo, mas também prudentes, é nela que circulam as novidades políticas e as outras. (BRAUDEL, 1996, p.16)

Para Servilha e Doula (2009, p. 129) os mercados e as feiras “possuem trajetórias que não podem ser consideradas em uma história simples e linear, tendo em vista as possibilidades de adaptação de suas dinâmicas socioeconômicas de coexistência entre o tradicional e o moderno.” Quando a discussão é trazida para o contexto brasileiro é preciso ponderar, ainda, sobre sua conexão com as políticas sanitárias e a ideia de ordenamento imposto às feiras livres. Essas questões envolvem as intenções de uma classe emergente burguesa que reivindicava a disciplina e o controle do uso e da apropriação dos espaços públicos pelos mais pobres.

Os lugares de troca, no contexto brasileiro, são heranças oriundas das tribos indígenas, as quais, realizavam o que Ferretti reconhece como “troca silenciosa”:

Segundo a descrição dos primeiros viajantes, funcionava assim: num terreno descampado, inimigos mortais estabeleciam uma rudimentar “paz do mercado” - de um lado ficavam os Tupinambá, e do outro, os Tupiniquim. Intercambiavam apenas dois produtos altamente valiosos e especialidades de cada grupo. (...) Os Tupinambás colocavam seus produtos no meio do descampado, e se retiravam. Vinham os Tupiniquim, levavam as penas e deixavam as pedras semipreciosas. Em seguida era a vez dos Tupinambás de recolherem os bens deixados pela tribo inimiga. Cada grupo levava o produto trazido pelo outro, sem qualquer comunicação intergrupar, e mal se distanciavam do local, interrompia-se a trégua, reiniciando as hostilidades. (FERRETTI, 2000, p.21)

A manutenção dos hábitos indígenas e a cultura e os costumes trazidos pelos portugueses, ganharam espaço nas cidades do final do século XVIII e ao longo do século XIX nos centros urbanos do Brasil. Edificações destinadas às trocas estavam, em sua maioria, localizadas próximas dos núcleos urbanos e circundados por feiras. Tem-se registros das primeiras atividades de mercado regular em São Paulo, no século XVIII, as conhecidas “casinhas”, que comercializavam produtos não perecíveis, como arroz, milho, farinha, e as “quitandas” – pequenas barracas onde se vendiam gêneros perecíveis para consumo imediato (PINTAUDI, 2006). As quitandas estruturaram-se como um comércio de ambulantes, sem instalações fixas (OLIVEIRA, 2000).

No bojo das transformações urbanas no Brasil, a trajetória dos mercados e das feiras viria sofrer influência das medidas sanitárias incorporadas às políticas urbanas que, gradativamente exigiam adaptações e edificações amplas, ventiladas e higienizadas. Passaram a vigorar imposição de ordem e regras para as atividades que eram, até então práticas informais. Esses fatos direcionaram, nas últimas décadas do século XIX, a construção de espaços cobertos para abrigarem as tradicionais feiras, no formato de mercados públicos, sob égide do planejamento e do desenvolvimentismo.

A partir das décadas de 1870 e 1880, com a chegada maciça de imigrantes, tiveram início mudanças na configuração urbana das principais capitais. Cresceu a diversidade de produtos comercializados, bem como, de atividades industriais, como a indústria têxtil. Os núcleos comerciais centrais e os espaços ocupados anteriormente para o abastecimento alimentício passaram a abrigar lojas de produtos variados. As feiras assumiram o papel preponderante de venda de gêneros alimentícios, gerenciadas pelas administrações municipais.

Estas mudanças, relacionadas a um processo de “europeização” da vida urbana, culminaram com o surgimento de uma nova imagem para as cidades maiores e mais influentes. Nesse contexto, ainda que não fossem uma invenção do século XIX, os mercados se consolidaram como equipamentos presentes na nova paisagem urbana como experimentos de diversas linguagens e técnicas aplicadas à arquitetura. Nessa condição, os novos mercados tornaram-se marcos da paisagem e do cotidiano

de diversas capitais brasileiras, difundidos para cidades de distintas regiões e de diferentes portes.

Para Pintaudi (2006), essas “metamorfozes” temporais e contextuais dos mercados permitiram sua manutenção no tempo. Sobre os mercados brasileiros construídos a partir do século XIX, a autora pontua que:

Sua construção generaliza-se quando novas tecnologias construtivas se tornam disponíveis – caso do ferro; as atividades comerciais ali realizadas passam a se especializar cada vez mais e a aumentar a cadeia de comerciantes entre o produtor e o consumidor de mercadorias; o local torna-se permanente quando as funções a que se destina não admitem mais deslocamentos contínuos e uma nova concepção do espaço urbano emerge – a burguesa, separando as atividades no espaço urbano. (PINTAUDI, 2006, p. 96)

9

O mercado veio ou como unidade própria ou em forma de abrigos temporários, semelhante às feiras, e suas funções eram originalmente o fornecimento, o armazenamento e a distribuição de produtos. Com o crescimento populacional e da produção, o mercado ganha um espaço permanente na cidade como regulador das trocas locais. No entanto, para Mumford (1982, p. 85) “(...) as duas formas clássicas do mercado, a praça aberta ou o bazar coberto, e a rua de barracas ou de lojas, possivelmente já tinham encontrado sua configuração urbana por volta de 2000 a.C., a mais tardar”. O transcurso dessas práticas por milênios alcançou a era moderna, consolidando os mercados – lugares de trocas e vendas de produtos – como lugares de experiências. Neles a identidade da cidade se revela com suas nuances e diferenças. Basta passar um tempo nesses ambientes para se ter ideia da cultura do lugar e das suas dinâmicas, o que talvez tenha levado Braudel (1986, p. 16) a reconhecê-los como “centro natural de vida social”.

Segundo Lopes e Vasconcellos (2010), duas importantes considerações devem ser feitas a esse propósito. Em primeiro lugar, trata-se de espaços públicos por excelência, acessíveis à grande maioria da população. Já o segundo aspecto refere-se ao fato de propiciarem encontros e convívio social, dadas as múltiplas atividades

que abrigam. Para além de serem locais de abastecimento, tornaram-se ambientes de trocas culturais e de vida comunitária. Por essa origem, mesmo com o surgimento de outras formas de abastecimento, os mercados públicos continuam a ser, de certo modo, apropriados como lugares da tradição.

No caso específico dos mercados de Goiânia, suas particularidades levaram a decifrar lacunas da história além de suas grandes avenidas ornadas pelos edifícios Déco. Nos primeiros anos de ocupação da cidade quando esses lugares vieram a suprir a necessidade primeira de abastecimento, restrito ao reduzido comércio existente no então município de Campinas. Primeiro vieram as feiras, na década de 1940, por iniciativa do poder público:

Nossa reportagem procurou, na terça-feira última, ouvir, em seu gabinete de trabalho o Prof. Orivaldo Borges Leão, atual prefeito de Goiânia, com o propósito de informar nossos leitores a respeito do programa administrativo do chefe do executivo municipal [...] Vários assuntos, de início estão merecendo sua atenção e entre eles ressalta a criação da feira-livre em Goiânia, para o que já mandou fabricar as barracas e os demais acessórios para a inauguração que terá lugar em Campinas dentro de pouco tempo. Em seguida, realizar-se-ão feiras-livres nos bairros Popular, Vila Nova e outros. (O POPULAR apud BORGES, 2013, p.33).

Como mostra Borges (2013), os mercados foram, aos poucos, estabelecendo relações econômicas, sociais e culturais com a cidade. Tornaram-se patrimônios locais constituídos culturalmente, a partir dos significados, dos valores e da representatividade adquiridos no decorrer do tempo. Essa questão que transcende a edificação e se mantém nas práticas que ali acontecem. Até porque, mercados como Pedro Ludovico e Campinas passaram por reconstruções recentes de seus edifícios. Permanecem, no entanto, como lugares de memória das primeiras edificações em madeira construída na época da ocupação daqueles bairros.

Logo, como sua história transcende à sua arquitetura, olhar para os mercados de Goiânia como patrimônio requer olhar para além da edificação. Trata-se de vê-los como lugares de coleções múltiplas a serem interpretadas. Foi o que conduziu a diferentes

maneiras de se registrar seus dados para não se incorrer no risco do esquecimento ou do apagamento de sua trajetória pela história. O caminho encontrado foi o registro de suas biografias patrimoniais (REIS, 2015). Tais registros são importantes ferramentas que permitem criar a interação entre bens materiais e imateriais, como nas narrativas obtidas nessa fase da disciplina.

De Vila Operária a Setor Centro-Oeste

Goiânia, capital de Goiás, foi erguida às margens do córrego Botafogo, nas terras das Fazendas Criméia, Vaca Brava e Botafogo, pertencentes ao município de Campinas. O traçado urbano moderno proposto pelo arquiteto e urbanista Atílio Corrêa Lima parte de três avenidas abertas em leque, interligadas por um arco, e convergindo para uma praça central, estruturante e estrategicamente posicionada como núcleo simbólico. Já com a autoria de Armando Augusto de Godoy na etapa seguinte do projeto urbano de Goiânia, a área em que hoje se localiza o Setor Centro-Oeste, seria destinada a extensas áreas verdes. A princípio, no Plano de Urbanização de 1938, toda a região que vai da margem esquerda do Córrego Capim Puba até os fundos do Estádio Antônio Accioly, em Campinas, seria destinada a reservas verdes que contaria com equipamentos como o hipódromo e um cemitério. A cidade seria envolvida por parques lineares ao longo dos córregos que emolduravam o núcleo pioneiro: de um lado, o Parque Botafogo, do outro, o parque que seria formado nos limites do Córrego Capim Puba. Campinas seria, posteriormente, incorporada como bairro de Goiânia, a área entre ele e a nova região projetada teria a função de reserva natural (GOIÁS DE NORTE A SUL, 2016). Por sua condição de preexistência, Campinas foi um importante ponto de apoio ao canteiro de obras da futura cidade, tanto para moradia quanto para o abastecimento da população.

Assim como no caso de Belo Horizonte e de Brasília, os primeiros moradores de Goiânia eram, principalmente, trabalhadores oriundos de lugares diversos em busca de melhores condições de vida. A alta demanda por moradias e por alimentação, sobretudo pelos numerosos operários, acarretou ocupações não previstas e na

sobrecarga de Campinas, principal ponto de apoio. Bernardes comenta que cerca de quatro mil trabalhadores passaram pela Superintendência de Obras durante o período de construção da capital:

A região escolhida, embora oferecesse requisitos topográficos indispensáveis para a construção da nova capital, apresentava dificuldades infraestruturais em termos de disponibilidades de materiais de construção; escassez de recursos humanos, pois não existia na região pessoal com habilitação adequada ao trabalho nas obras; e a dificuldade de atendimento relativo a alimentação, moradia, saúde, lazer aos trabalhadores recém-chegados de outras regiões. Na época existia apenas um restrito comércio no município de Campinas, e a Cantina do Estado, que se constituía de compras improvisadas pelo Estado, era muito pobre no tocante à diversidade de produtos. Esta situação de escassez, aliada ao sistema dos vales (que será discutido posteriormente), constituíram elementos de exploração da mão-de-obra trabalhadora. (BERNARDES, 2009, p. 38)

12

Para além de um projeto em construção, trabalhadores menos especializados e habitantes pioneiros ocuparam áreas periféricas ao núcleo central, num momento em que a moradia e a escassez de alimentos eram um desafio. Como menciona Bernardes (2009) e Costa (2016), dos anos da construção às primeiras décadas de ocupação, barracos de madeira foram erguidos em regiões como a do Botafogo de Baixo e da Fazenda Macambira, originando os setores Vila Nova e Pedro Ludovico. A porção situada entre Campinas e o Setor Central, prevista como faixa verde no plano original, foi também ocupada por trabalhadores sem condições de morar em áreas regularizadas. Na região de conexão entre Goiânia e Campinas (Figura 01) surgiu a Vila Operária, um dos bairros de Goiânia, formado pelos trabalhadores nas décadas de 1940 e 1950, e que se tornaria hoje o Setor Centro-Oeste. Na área planejada, houve também a ocupação do Bairro Popular, tangenciando o Setor Central.

Figura 01 - Foto aérea: anos 1950 que mostra a ocupação entre Goiânia e Campinas.



Fonte: Acervo Hélio de Oliveira.

Como a maioria das regiões de origem popular, a Vila Operária surgiu e se desenvolveu com infraestrutura precária. No ano de 1973, houve a mudança de nome para Setor Centro-Oeste, com a promulgação da Lei 4767, de 05 de julho de 1973, embasada em um plebiscito feito pelos moradores do bairro, com a sugestão de 3 nomes: Vila Operária, Setor Nossa Senhora das Graças e Setor Centro-Oeste (Figura 02).

Figura 02 - Missa celebrada Vila Operária, em 1951.



Fonte: Acervo de Terezinha Castro e Silva.

Assim como a falta de moradia, a escassez no abastecimento de alimentos foi outro grave problema. Borges (2013, p. 33) mostra a partir de relato do então prefeito de Goiânia, Orivaldo Borges Leão, publicado no Jornal O Popular de 28 de fevereiro de 1946, que a solução viria com a criação de feiras livres instaladas primeiramente em Campinas, no Bairro Popular e no bairro Vila Nova. As primeiras feiras fizeram parte de um chamado “sistema de feiras-livres”, para estimular e orientar o comércio de alimentos, da confecção de barracas à convocação de pessoas interessadas em trabalhar como feirantes. Em 09 de abril de 1946 foi inaugurada a primeira feira, localizada na Rua Pará do bairro de Campinas. Cabe ressaltar que atualmente, a feira mais próxima de onde surgiu a Feira da Av. Pará, é registrada na Prefeitura como Feira Centro-Oeste, situada no entorno do Mercado Centro-Oeste.

Nesse período, a história das feiras e dos mercados se entrecruzam com a história dos construtores da nova capital. As ocupações marcaram a origem dos bairros que abrigam os seis mercados existentes em Goiânia. Derivados delas, foi inaugurado o Mercado Municipal Central de Goiânia, em 1941 (Figura 03), construído nos arredores da Rua 4 do Setor Central.

Promessas do candidato Jerônimo Coimbra Bueno: “Combaterei ativamente o câmbio negro e a especulação, estabelecendo locais adequados para a instalação de feiras livres e produtos da zona rural, feiras de aves e de animais para funcionarem aos sábados e domingos em todas as cidades do Estado, visando contacto direto e convivência sistemática entre os criadores e lavradores e as populações urbanas e o barateamento dos produtos alimentícios mediante isenções de impostos, e concorrência livre, onde couber, promover a construção de mercados municipais com as mesmas finalidades” (O POPULAR apud BORGES, 2013, p.38).

Os mercados municipais vieram como tentativa de coibir o “câmbio negro” e a especulação, dada a grande demanda por gêneros alimentícios que levou a especulações nas relações de compra e venda (BORGES, 2013, p. 38).

Figura 03 - Mercado Municipal Central de 1941.

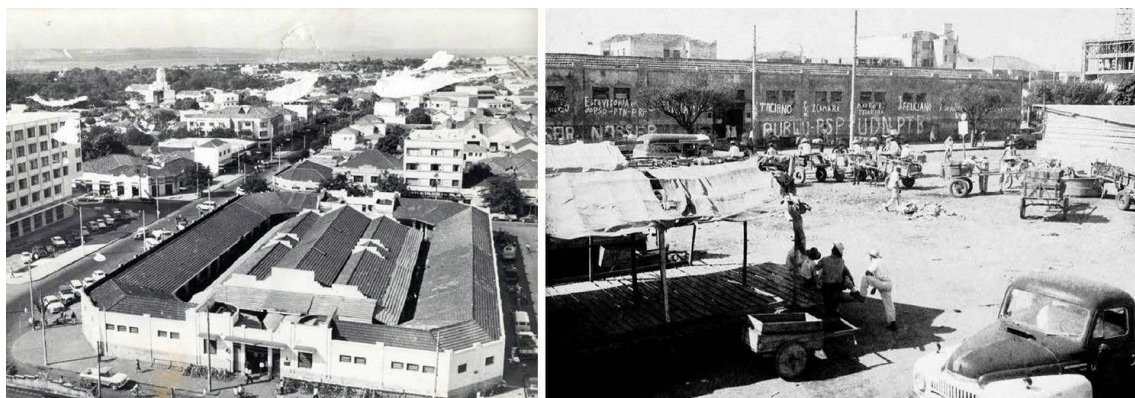


Foto: Acervo Hélio de Oliveira Fonte: BORGES, 2013, p. 42.

A partir da década de 1950, os mercados públicos passaram a fazer parte do cotidiano da cidade, com a construção do Mercado Bairro Popular (1953); Mercado Municipal de Campinas (1955); Mercado Municipal de Vila Nova (1957); Mercado Municipal Vila Operária (1958) e Mercado Municipal Pedro Ludovico (1963/1968). Situados, em sua maioria, nas regiões originalmente ocupadas pelos pioneiros da construção da cidade (Figura 04):

Todo mundo ia. Naquele tempo, era ótimo o mercado, porque só tinha um mercado, não, tinha outro mercado em Goiânia, não existia um supermercado, não só tinha um mercado [...] Para o pobre, para o rico, para o médio, tinha. [...] O primeiro mercado, primitivo, tinha muita madeira, e era uma construção mais rústica, mas era bom (REBELLO apud MEDEIROS, 2006, p.07).

Figura 04 - Mercado Centro-Oeste (antigo Mercado Municipal Vila Operária).

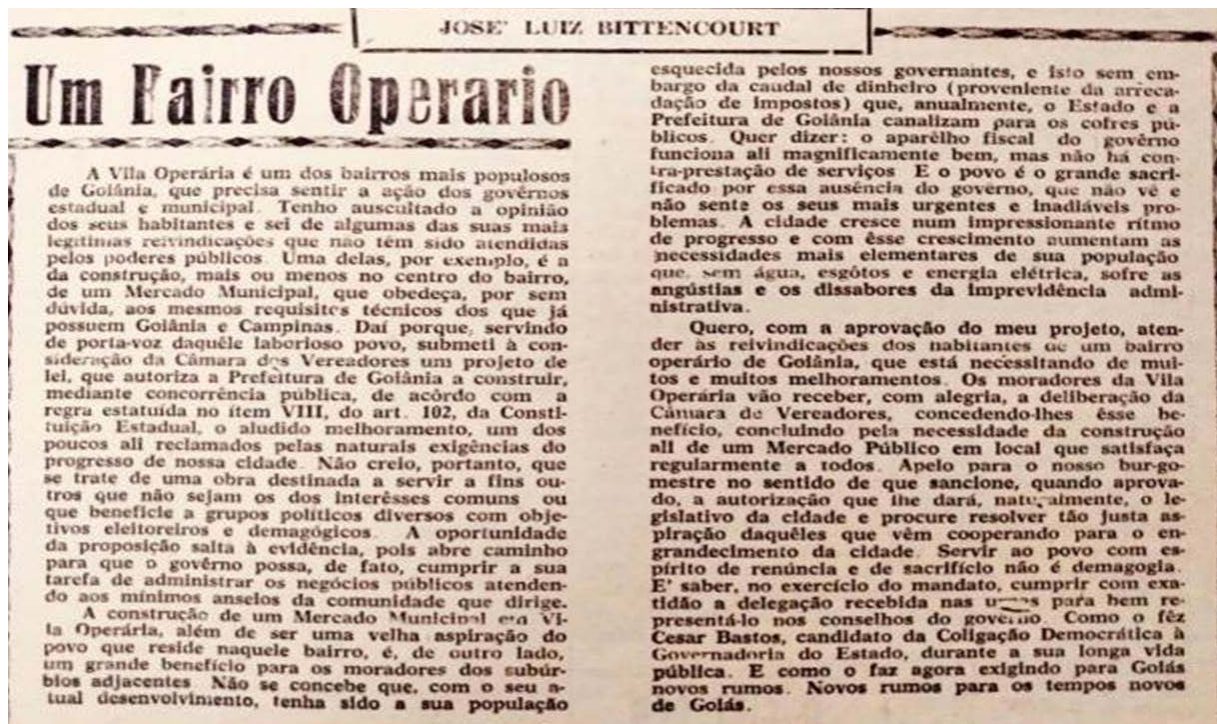


Foto: Acervo da disciplina Projeto 5, FAV/UFG, 2019/2.

O Mercado Centro-Oeste

O Mercado Municipal Vila Operária, atual Mercado Centro-Oeste, foi criado por um Projeto de Lei apresentado à Câmara Municipal de Goiânia em 06 de setembro de 1958, e que resultou na Lei Municipal 1497, de 08 de maio de 1958, durante a gestão do prefeito Iris Rezende Machado. Em 02 de setembro de 1958, conforme mostrado na Fig. 4, o vereador José Luiz Bittencourt escreveu um artigo no Jornal de Notícias, discutindo a necessidade da construção de um mercado na Vila Operária, ressaltando o perfil popular do bairro e a falta de assistência por parte dos poderes públicos da cidade. Em 08 de setembro de 1958, o mesmo Jornal de Notícias falava da apresentação do Projeto de Lei para construção do Mercado Público da Vila Operária, na Câmara Municipal de Goiânia. O edital de concorrência pública para construção do “Mercado de Abastecimento da Vila Operária” foi publicado em 16 outubro de 1959. Segundo o documento, deveriam ser reservadas áreas para circulação, espaço para serviço telefônico, postal telegráfico, agência de arrecadação municipal, instalações sanitárias e áreas privativas para serviço de administração municipal (Figura 05).

Figura 05 - Artigo do Vereador José Luiz Bittencourt.



Fonte: Jornal de Notícias, 02/09/1956.

Apesar disso, e de acordo com depoimentos colhidos com moradores e comerciantes do local, o mercado não foi construído integralmente, só sendo finalizado anos depois. Por algum tempo o que se tinha era um galpão que servia como ponto de venda de produtos hortifrutigranjeiros, sem a infraestrutura prevista no edital.

Naqueles anos, Goiânia contava com três pontos de abastecimento: o Mercado Municipal da Vila Nova, o Mercado Municipal de Campinas e o Mercado Municipal da Vila Operária. Esse último funcionava como um centro de distribuição, e que acabou sendo batizado com nome Cantão, simbolizando o comércio (Figura 06). A feira da Vila Operária foi, nos anos de 1960, um lugar de encontro, compra e vendas, onde produtores e comerciantes locais marcavam sua área com pedras no chão e comercializavam seus produtos sem normas e regras (LIMA *et al.*, 2015, p.4). Essa situação seria alterada com a construção das Centrais de Abastecimento de Goiás S.A. (CEASA-GO), inaugurada em 31 de agosto de 1975.

Figura 06 – Mercado Municipal Vila Operária e o “Cantão”.



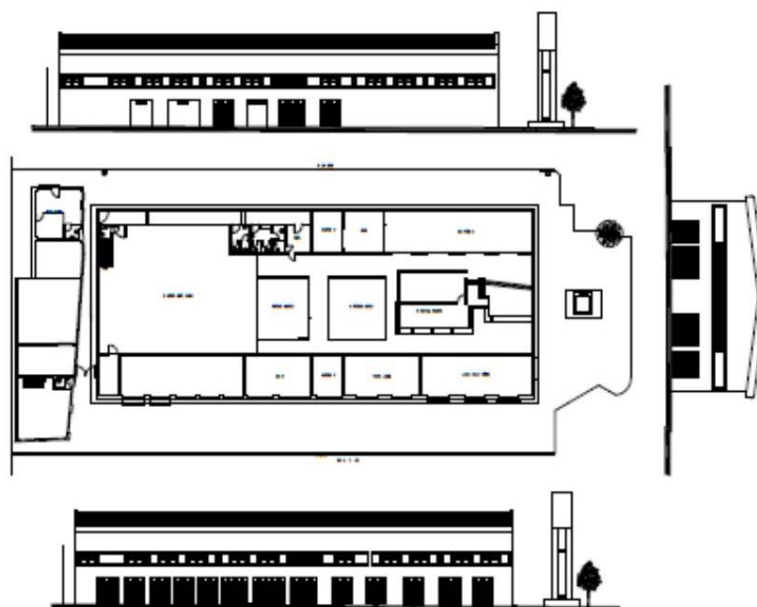
Fonte: LIMA *et al.*, 2015, p.05.

O Edifício do Mercado Centro-Oeste: Registros e Documentação

Para Murilha e Salgado (2011), teorias e concepções higienistas dos séculos XIX e XX repercutiram fortemente na prática profissional da arquitetura e da engenharia condicionando equipamentos de infraestrutura urbana, como os mercados públicos.

Na análise apresentada pelos autores são listadas três tipologias recorrentes nos mercados construídos no Brasil: mercado fechado com pátio interno aberto, mercado coberto em estrutura de ferro dotado de lanternim (comuns na Europa) e mercados cobertos dotados de torresões laterais. O estudo apresenta exemplares de grande expressividade formal e construtiva que os diferem da feição rústica e simplificada dos mercados goianienses. Não obstante, a organização geral dos espaços, conformando um pátio interno coberto, pode ser observada no Mercado Centro-Oeste (Figura 07).

Figura 07 - Levantamento do Mercado Centro-Oeste.



Fonte: Acervo da disciplina Projeto 5, FAV/UFG, 2019/2.

A proposta original do Mercado Vila Operária possui organização centralizada em torno de um pátio, com lojas delimitando seu perímetro e acessos tanto para a rua quanto para o interior do galpão. O vazio central seria ocupado por bancas, originando dois eixos de circulação principais. A implantação previa um grande galpão isolado na quadra com entrada pelas duas extremidades laterais e permeabilidade (espacial e visual) foi garantida pela abertura das lojas para o interior e para o exterior. A estrutura segue o padrão construtivo de concreto com paredes de alvenaria, e remete aos exemplares modernos construídos na região central da cidade.

Essa configuração perdurou no local até por volta de 1975, ano da inauguração do CEASA-GO, fato apontado por muitos como desencadeador do processo de decaimento das atividades do mercado e do vigor do comércio nos seus arredores. A mudança do eixo de distribuição do município acarretou no esvaziamento da região em questão, com a alteração das rotas, dos fluxos e da movimentação de pessoas. As reformas internas e a ocupação de uma das extremidades da quadra subverteram o princípio original de sua organização espacial. A permeabilidade ficou prejudicada pela fusão de lojas e pelo fechamento de algumas de suas portas, bem como, criou-se uma relação de frente e fundos com as construções que foram erguidas rentes a uma de suas fachadas (Figura 08). Em junho de 1991, o mercado passou por uma reforma e, desde 2000, passou a se chamar Mercado Centro-Oeste.

Figura 08 - Esboço da planta do Mercado Centro-Oeste: original e atual.



Fonte: Acervo da disciplina Projeto 5, FAV/UFG.

Por meio de registros dos moradores do bairro, de fotografias, entrevistas e de observação em campo, percebe-se que o Mercado Centro-Oeste está em situação de abandono. Existem poucas lojas ainda abertas, na tentativa de sobreviver ao tempo e à concorrência das lojas vizinhas, apelando à tradição dos antigos moradores. Alguns moradores relataram que após a saída do Cantão daquele espaço, a clientela sofreu uma queda e os comerciantes tiveram que se reinventar, buscando novas opções de produtos. Algumas lojas de frutas e legumes, pequenos mercados, açougues, tornaram-se espaços para lojas de roupas infantis, papelaria, móveis, etc.

Nesse momento, vale ressaltar que a incorporação de produtos industrializados, que fogem à essência do mercado original não é um fenômeno exclusivo do Mercado Centro-Oeste. Ao contrário, decorre do esvaziamento gradativo dos mercados em geral, com a migração dos compradores para outras categorias comerciais, à medida que supermercados passaram a vender hortaliças e que o estilo de vida incorporou as comidas prontas para o consumo no cotidiano doméstico de muitas famílias. Assim, a mescla de produtos genuínos e globalizados passa a fazer parte deste e de outros mercados de Goiânia e do Brasil, como reação ao seu esvaziamento e à uma forma de resistência e adaptação.. Essa situação reflete, em última análise, a mudança de hábitos e comportamento social, característica das classes médias e médias-baixas de meados do século XX em diante.

O Mercado Centro-Oeste sofre atualmente com essas mudanças. Ele sobrevive devido à feira que o circunda e que movimenta o seu entorno duas vezes na semana, e que acaba por gerar um fluxo de pessoas no bairro. E também, devido ao apelo à tradição, sentimento dos moradores e de seus conterrâneos, que permanecem e frequentam o mercado, na tentativa de perpetuar seus hábitos e costumes. Na papelaria, por exemplo, é possível comprar papel de presente, cadernos, linhas e até cabaças pintadas à mão e outros artesanatos. Ao se observar as lojas que circundam o mercado, e que antes serviam de apoio, nota-se que uma boa parte encontra-se fechada e com aspecto de abandono. Outro fator apontado por muitos moradores e comerciantes como determinante na degradação do espaço do Mercado Centro-Oeste e seus arredores foi a migração de grande parte do comércio de roupas que existia Av. Bernardo Sayão para a região da Rua 44, no Setor Norte-Ferroviário. De modo semelhante ao cenário em questão, a Av. Bernardo Sayão é uma sombra dos tempos de intenso movimento no comércio, com muitas lojas fechadas.

A invisibilidade do Mercado Centro-Oeste hoje pode ser atribuída a uma série de questões, sobretudo, ao abandono pelo poder público, que reflete o descaso para com a história de formação da cidade e do bairro Vila Operária. Desse modo, descaso, abandono e deterioração são as características do cenário que representa o Mercado Centro-Oeste de Goiânia. O sistema governamental, responsável por

proteger e garantir a essência da identidade desse Mercado, é o mesmo que ataca e desconsidera sua identidade e sua existência, privilegiando um sistema comércio que tem shoppings e hipermercados como protagonistas.

Considerações Finais

Desde de sua remota origem, feiras e mercados ultrapassaram a função de abastecimento e de suas atividades comerciais como lugares de trocas de saberes, de encontros e de lazer. A representatividade dos mercados públicos nas estruturas urbanas pode ser vista como um caminho para se pensar alguns dos problemas mais complexos de nossas cidades: a necessidade de reunir pessoas em espaços públicos e de fomentar práticas econômicas e de produção tradicionais, como a agricultura em torno das cidades e o trabalho com artesanaria. Para além de suas paredes, os mercados preservam saberes e fazeres.

Os mercados públicos, agentes culturais emanam uma identidade complexa de ser decifrada: ela é genuína representante da cultura local em que está inserida ou foi lapidada para fazer parte dos circuitos turísticos de uma cidade, vender uma imagem por meio de uma identidade falseada, de um espaço cenarizado e espetacularizado? Existe uma linha tênue na adaptação dos mercados a um mundo que se massifica e os nivela. É possível que os mercados resistam aos apelos globais e funcionem como agentes da permanência de uma cultura local?

Nesse viés, a indústria cultural tem operado de modo globalizante, interferindo na cultura local, alterando-a, no intuito de atender às forças maiores do capital. Dessa maneira, é evidente que a descarga contínua de publicidade nos centros de compra, despejada na sociedade pelos meios midiáticos, induz o afastamento entre as pessoas e os mercados. A partir desse movimento unilateral, a indústria cultural ressignificou o sentido de mercado público genuíno nos mercados contemporâneos, distorcendo sua roupagem e incorporando uma imagem caricata de shopping center.

Os mecanismos do contexto neoliberal pactuam uma solução genérica para regiões desvitalizadas de grandes metrópoles, como Barcelona, Toronto, Buenos Aires e até mesmo o Rio de Janeiro (recentemente com o Porto Maravilha em 2009) abrangendo um mesmo cardápio em comum, no qual inserem museus, restaurantes, lojas de souvenirs e mercados. Esses últimos entram como agentes de difusão do objeto de consumo de turistas contemporâneos: o consumo da cultura local, ainda que poluída e sombreada por produtos espúrios em nome da tradição. No entanto, acima de qualquer política globalizante, a longa permanência dos mercados na história demonstra seu viés afetivo, festivo e espontâneo, próprio das relações humanas em sua essência. Por essa razão, permanecem os mercados no alvorecer do século XXI, resistindo a todas as formas de comercialização que foram experimentadas, se reinventando para nutrir história, memória e cultura.

A aparência do Mercado Centro-Oeste está em estado de deterioração. Os poucos comerciantes locais, no esforço de manter seu comércio, não conseguem utilizar o interior do mercado e voltam-se para as ruas, em uma tentativa desesperada de sobrevivência. Ademais, existe uma grande parte da edificação que está ociosa, trancada, contribuindo, ainda mais, para os “sintomas” da precariedade do espaço. Diante desse cenário, é evidente que o descaso com o que poderia ser um patrimônio da capital, mais uma vez, é ignorado. As práticas patrimonialistas ditadas pelo estado preferem eleger como representantes da memória local os exemplares relacionados à “história de heróis”. Escapam a essa história oficializada, o povo e os operários que efetivamente construíram a cidade, formaram e viveram em alguns de seus bairros, sobreviveram das feiras e desses mercados em sua essência.

Para que este cenário possa ser alterado e a permanência dos mercados possa persistir, trabalhos amplos e multidisciplinares de documentação e readequação devem ser encampados, de maneira a recuperar esse ambiente de trocas e experiências nas cidades.

REFERÊNCIAS

BERNARDES, Genilda D'Arc. **“O cotidiano dos trabalhadores da construção de Goiânia: O mundo do trabalho e extratrabalho”**. Revista UFG. Goiânia: Editora UFG, v. 11, n. 6, p.37-51, jul. 2017. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48230>. Acesso em: 31 mar. 2019.

BORGES, Larissy Barbosa. **Entre sons, aromas e sabores - As feiras em Goiânia: história, referência cultural e hibridação entre o moderno**. Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2013.

BRAUDEL, Fernand. **O jogo das trocas**. Civilização material, economia e capitalismo: século XV-XVIII. São Paulo, Martins Fontes, 1996.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade; UNESP, 2006.

COSTA, Fernando Viana. **Um ornitorrinco no cerrado: bairros populares e outros pioneiros na formação e expansão urbana de Goiânia**. 2016. Mestrado em História Cultural – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

COUTINHO, Evaldo. **O espaço da arquitetura**. São Paulo: Perspectiva, 1998.

FERRETTI, Sérgio. **Reeducando o olhar: estudos sobre feiras e mercados**. São Luís: Edições UFMA; PROIN(CS), 2000.

GOIÁS DE NORTE A SUL. **História do Setor Centro-Oeste**. 2016. Disponível em: https://goiasdenorteesul.com.br/programa_goiania--st-centro-oeste_51. Acesso em 10 abr. 2019.

JEUDY, Henri-Pierre. **Reparar: uma nova ideologia cultural e política?** In: JEUDY, H.P.; JACQUES, P. B. **Corpos e cenários urbanos**. Salvador: EDUFBA; PPG_AU/FAUFBA, 2006. pp. 13-23.

LIMA, Karla Kellen et al. **A construção e a evolução da CEASA-GO: A central de abastecimento do cerrado brasileiro**. **Revista Baru - Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos**, Goiânia, v. 1, n. 1, p. 3-20, dez. 2015. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/baru/article/view/4459>. Acesso em: 21 out. 2020.

LOPES, Ricardo Ferreira; VASCONCELLOS, Lélia Mendes. **Considerações sobre os mercados públicos: relação de sociabilidade e vitalidade urbana nas cidades**. Anais do III

CINCCI – III Colóquio Internacional sobre Comércio e Cidade: uma relação de origem. São Paulo, 2010.

MALARD, Maria Lúcia. **Alguns problemas de projeto ou de ensino de arquitetura.** Cinco textos sobre arquitetura. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. pp. 79-114.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história:** suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo. Martins Fontes, 1982.

MURILHA, Douglas; SALGADO, Ivone. **A arquitetura dos mercados públicos.** Tipos, modelos e referências projetuais. *Arquitextos*, São Paulo, ano 12, n. 138.02, Vitruvius, nov. 2011 <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.138/4113>>.

OLIVEIRA JÚNIOR, José Vanildo. **Fluxograma do processo de planejamento arquitetônico aplicado a mercados públicos.** 146f. Dissertação (Mestrado em Engenharia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

PINTAUDI, Silvana Maria. **“Os mercados públicos: metamorfoses de um espaço na história urbana”.** *Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona: Universidad de Barcelona, v. 10, n. 218, ago. 2006. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-81.htm>. Acesso em: 31 mar. 2019.

REBELLO. A.X. **Revitalização do Mercado Central de Goiânia:** Projeto de Gestão. Mestrado em Gestão do Patrimônio Cultural. Instituto Goiano de Antropologia e Arqueologia. IGPA-PUC, Goiânia, 2006.

ROSSI, Aldo. **Arquitetura da Cidade.** 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001 (1ª ed. 1966).

SANT'ANNA, Márcia. **“Patrimônio material e imaterial: dimensões de uma mesma ideia”.** In: GOMES, M. A. A. F; CORRÊA, E. L. *Reconceituações contemporâneas do patrimônio.* Salvador: EDUFBA, 2011, p. 193-198.

SERVILHA, Mateus de Moraes.; DOULA, Sheila Maria. “O mercado como um lugar social: as contribuições de Braudel e Geertz para o estudo socioespacial de mercados municipais e feiras”. **Revista Faz Ciência.** Francisco Beltrão: Unioeste, v.11, n.13 Jan./Jun. 2009, pp. 123-142. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/download/7610/5602>. Acesso em: 14 mar. 2019.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações:** investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Nova Cultura, 1996.

VARGAS, Heliana Comin. **Espaço terciário:** o lugar, a arquitetura e a imagem do comércio. São Paulo: Ed. SENAC, 2001.

Contribuição de autoria

Este trabalho é produto do tema desenvolvido na disciplina Projeto 5, em 2019/1, do curso de Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Artes Visuais, Universidade Federal de Goiás. A coleta de dados e a elaboração do texto sobre o Mercado Centro-Oeste contou com a colaboração dos estudantes: Cleverson Felix dos Santos, Gelson da Cruz Junior, Igor Schmidtke Wendland dos Santos, Ludmilla Miranda de Carvalho Macêdo, Nathália Ferreira Gomes, Thaísa Júlia Barbosa de Godoy e Victor Mendes dos Santos.

Publisher

Universidade Federal de Goiás. Faculdade/Instituto/Escola. Programa de Pós-graduação Projeto e Cidade. Publicação no Portal de Periódicos UFG.

As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

25

RECEBIDO EM: 17/09/2020

APROVADO EM: 02/10/2020

PUBLICADO EM: 16/11/2020